

- NADALIN, Sergio Odilon. *Clube Concórdia*. Curitiba: Clube Concórdia, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba*; 1870-1969. Curitiba, 1975. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- \_\_\_\_\_. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, 1978. Tese de Doutorado. EHESS.
- \_\_\_\_\_. Sexualidade, casamento e reprodução. *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 63-82, jul./dez. 1988.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- RANZI, Serlei Maria Fischer, 1996. *Alemães católicos, um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*. Curitiba, 1996. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Comarca de Curitiba*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1964.
- SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne: XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1977. 379 p.
- SOLÉ, Jacques. *L'amour en Occident à l'époque moderne*. Bruxelas: Edition Complexe, 1984.
- STONE, Lawrence. *Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra: 1500-1800*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- WALLÉ, Paul. *Au Brésil de l'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: Librairie Orientale & Américaine, [s.d.].
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1980.

ESCRavidão

## MULHER E HERANÇA AFRICANA: UM ENSAIO\*

Sheila de Castro Faria\*

## RESUMO

Este ensaio tem por objeto as mulheres forras, em particular as africanas, no acesso a recursos materiais. A mulher negra foi analisada pela historiografia com uma carga estigmatizante, pois teria sido triplamente penalizada – era mulher, escrava e estrangeira – talvez mais pelos europeus que a descreviam, contemporaneamente, e pelos historiadores do século XX, do que pelas circunstâncias materiais de vida que levava. A pobreza teria sido o resultado previsto e esperado para suas condições após a libertação, pois os recursos que porventura tivesse adquirido teriam sido gastos na alforria. Diversas pesquisas sobre várias partes do Brasil, entretanto, apresentam essas mulheres donas de bens significativos, destacando-se as africanas, fato incompatível com a pobreza que lhes é imposta. Outras abordagens, portanto, se impõem para rever as práticas femininas de mulheres forras africanas, sendo necessário levar em conta suas heranças culturais e as formas com que os costumes de suas terras de origem tiveram de ser moldados para a sobrevivência como libertas e para a evidente ascensão econômica. O discurso contemporâneo que as apresentava como “pobres” estava relacionado à sua situação social e não à posse de bens materiais.

*Palavras-chave:* história da mulher, mulheres negras forras, escravidão.

## ABSTRACT

The object of this essay is an approach on free women, specially the Africans, as it regards access to material possession. Black women have been viewed by historiography through stigmatizing eyes – since they were three times penalized by the fact of being women, slaves and foreigners – perhaps more discriminated by the Europeans – who described them contemporaneously – and the XX century historians than by the material circumstances regarding their lives. Poverty was expected and predicted for an African woman's life after being set free.

\* Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla, sobre a história da mulher, financiada pelo CNPq, cujos desdobramentos resultaram em um projeto sobre a mulher forra de origem africana que, agora, conta com financiamento do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes.

\*\* Professora adjunta III do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Any possession she might have had would probably be spent in the emancipation. Many studies on different parts of Brazil, however, has seen these women as owners of significant assets, in special the Africans. Such fact seems not to fit the idea of prescribed poverty. Thus, other approaches on free African women's practices are necessary. One has to take in account their cultural heritage and the way their motherland costumes had to be shaped in order to ensure their existence as free women and the evident economic prosperity. The contemporaneous discourse presenting them as "poor" regards their social status but not material possessions.

*Key-words:* women history, free black women, slavery.

## Introdução

Durante anos a historiografia brasileira sobre o período escravista brasileiro vem qualificando as mulheres, em geral, que não têm maridos ou companheiros, e as ex-escravas, em particular, pela pobreza. Provavelmente esse tipo de enfoque tem como ponto de partida a idéia de uma sociedade escravista polarizada, com a dominação explícita entre os extremos: senhores sobre escravos; homens sobre mulheres. Transferia-se, assim, uma idéia de dominação ainda mais abrangente e aterradora – a da metrópole sobre a colônia.

A sociedade aqui criada teria sido caracterizada por pólos opostos e com forças opostas, num dualismo que referendou, teoricamente, a interpretação posterior e mais enfática ainda, vigente no século XX, da entrada do Brasil numa posição desprivilegiada no mundo industrial: a herança colonial brasileira – rural e “conservadora” – seria a causa da inexistência de um mercado interno forte e, como conseqüência, de uma ineficiente acumulação interna de capital, resultando numa industrialização através da importação de bens de produção e de capital externo.

Assim como os escravos, as mulheres e a própria colônia, o Brasil seria obviamente dependente, no período contemporâneo e industrializado. Era a reprodução cíclica da história colonial.

Já é meio senso comum a referência aos novos estudos que vêm questionando muitos desses pressupostos, inclusive a crítica à teoria da dependência e ao dualismo econômico. Em relação à História colonial, nos trabalhos da década de 1970, a forma de se produzir riquezas no período

escravista ganhou *status* de modo de produção, o “modo de produção escravista colonial”, de Ciro Cardoso (1973a, 1973b, 1980) e de Jacob Gorender (1978). O sistema passou a possuir, portanto, uma lógica interna.

No final da década de 1980 e início da de 90, pesquisas demonstraram, através de uma grande massa de dados, que havia um mercado interno expressivo, pelo menos no decorrer do século XVIII, e que os comerciantes com capital oriundo deste mercado interno eram os grandes detentores do poder econômico colonial (e não os comerciantes de Portugal nem os grandes senhores de escravos do Brasil; cf. Lenharo (1979); Gorenstein (1978); Fragozo (1992 – reedição pela Civilização Brasileira, RJ, em 1998); Fragozo e Florentino (1993); Guimarães e Reis (1986).

Ainda nos anos 80, mas principalmente nos 90, os escravos passaram a ser objeto de estudo e de acirradas discussões, questionando-se a interpretação anterior que afirmava o aniquilamento cultural e a dominação total que teriam sofrido a partir da travessia do Atlântico. Cf. Slenes (1988, 1991-92, 1994); Schwartz, Slenes & Costa (1987); Florentino (1997); Florentino e Góes (1997); Motta (1990); Faria (1998); Mattos (1998).

É justamente dentro desse contexto que situo meus estudos atuais. Meu propósito é analisar uma forma de enriquecimento pouco importante em termos de *status*, para a sociedade da época, distante do grande comércio e da lavoura agroexportadora, mas que no aspecto econômico foi fundamental para muitas mulheres, em particular as forras, que tiveram papel de destaque.

Pouco foi escrito especialmente sobre as mulheres, no período escravista brasileiro. Quando havia referência, na maior parte das vezes, a abordagem relacionou-as uma forma dependente de inserção, tanto política quanto social e econômica.

Se pouco foi escrito sobre as mulheres, menos ainda foi pesquisado sobre a mulher que veio da África. A mulher negra foi analisada com uma carga estigmatizante, pois teria sido triplamente penalizada – era mulher, escrava e estrangeira –, talvez mais pelos europeus que a descreviam, contemporaneamente, e pelos historiadores do século XX, do que pelas circunstâncias materiais de vida que levava.

Quero crer que, dentro das extremamente duras condições do cativo e da sociedade mais abrangente, as mulheres negras tiveram de criar mecanismos contundentes de luta para manter seus lares, seus filhos e sua sobrevivência. Valeram-se amplamente de identidades herdadas de suas culturas de origem e de maneiras de viver formadas no contexto da

sociedade escravista. Foram levadas a se inserir em teias econômicas já existentes ou, o que é bastante possível, que contribuíram para criar.

### *Escravos negros e herança africana*

Já é bastante questionada a proposição de que os negros oriundos do tráfico atlântico e seus descendentes tiveram no engenho da escravidão todas as suas heranças culturais e identidades anuladas. Esse tipo de abordagem da História, mesmo revolucionária em seu tempo, encontra-se hoje em transformação. Para uma análise mais pormenorizada ver Slenes (1988, 1994); Faria (1998); Chalhoub (1990); Lara (1988). O caso não é mais de se centrar esforços para questionar pressupostos anteriormente aceitos, mas de partir para outros, mesmo tão datados quanto aqueles, que respondam melhor a nossas inquietações atuais.

Sem dúvida alguma, foi a família escrava a que mais atenção recebeu de pesquisadores nos últimos tempos. Não vou, aqui, entrar em detalhes sobre os caminhos e descaminhos sobre a história da família escrava, mas só ressaltar que foram esses estudos, principalmente os de Robert Slenes (1988, 1994), mas também os de Manolo Florentino e José Roberto Góes (Florentino; Góes, 1997), entre outros, que trouxeram dados instigantes para se pensar também a família e a economia dos ex-escravos e seus descendentes.

O principal balanço que se pode fazer com base nesses e em outros trabalhos é o de que se torna urgente explorar a história dos povos africanos, origem sem dúvida das variações encontradas nas diversas comunidades escravas do Brasil e que, ainda hoje, aparecem nos traços culturais fortes de cidades e estados que tiveram sua presença marcante e duradoura.

Dito de outro modo, penso que as tradições e costumes das culturas africanas, presentes no período escravista brasileiro, explicam as soluções que forros e seus descendentes encontraram na formação de suas famílias; na composição de suas atividades domésticas; nas escolhas de atividades econômicas; na atuação das mulheres.

Parto do pressuposto de que a família (*lato sensu*) representou um papel fundamental na vida das pessoas no período escravista brasileiro, se é que ainda não o representa nos dias de hoje. Por “família” não estou me

referindo à composta somente pelo “casal”, necessariamente. Considero como família também mulheres ou homens e seus filhos, mesmo sem cônjuges ou companheiros presentes, por exemplo.

Ter acesso à família era condição fundamental para a sobrevivência e para a melhoria das condições materiais de vida, em particular em áreas agrárias, além de representar uma estabilidade querida e perseguida pela grande maioria da população. Segundo conceituação da época, o “fogo” – a unidade doméstica – podia ser chefiado por pessoas que tinham nele as mais diversas relações. A mais comum foi, sem dúvida, a relação familiar, ritual ou consanguínea. Dentre os fogos, entretanto, alguns foram considerados pobres, quase todos chefiados por pessoas tidas como “solitárias”, fossem homens ou mulheres. Mas a historiografia tem ressaltado a figura feminina como especialmente atingida pela pobreza. Para essa historiografia, as mulheres seriam “sós”, “pobres” e “abandonadas” porque não teriam maridos ou companheiros presentes – seriam marginalizadas. Seriam essas mulheres realmente pobres?

### *Vitimização da mulher na história*

Analisando os mapeamentos populacionais de São Paulo, para os anos de 1804 e 1836, Maria Odila Dias imprimiu um discurso de absoluta e total vitimização da mulher, qualquer que tenha sido a sua origem, desde que fosse chefe de domicílio (Dias, 1995). Todas as mulheres que identificou como “sós” eram “pobres” ou “remediadas” e viviam num “anonimato” acintoso. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a “pobreza”, em que, segundo a autora, vivem essas chefes de domicílio, vem acompanhada de um número razoável de escravos.

Das mulheres ditas por ela como “sós”, 40% tinham escravos. Esse percentual, 40%, é uma proporção nada desprezível. A autora explica a origem do acesso a esses escravos: favores, doações e pequenos quinhões de herança. Ou seja, receberam esses bens sem ter contribuído em nada para isso. Como considerava as mulheres, sem homens, pobres e vítimas, seria impossível construir outro argumento.

Esclareço que, pela documentação analisada, os mapeamentos populacionais, é impossível estabelecer a origem da aquisição do escravo.

Outras fontes seriam absolutamente necessárias. Em momento algum, por exemplo, Maria Odila Dias aludiu à possibilidade de muitas delas terem conseguido ser proprietárias de escravos por trabalho próprio, de qualquer natureza.

Justamente por não ver essa possibilidade, afirma que possuir escravos, para essas mulheres, é um luxo superior a suas forças, e que só o *status* poderia explicar o esforço para mantê-los.

Um outro dado importante a ser ressaltado é o da proporção da chefia de unidades domésticas por mulheres. Os historiadores ficaram visivelmente impressionados com a quantidade de fogos chefiados por mulheres em várias localidades do Brasil escravista. Os trabalhos com os mapeamentos populacionais de algumas freguesias de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia apresentaram dados surpreendentes, nesse aspecto, sobre a composição dos domicílios.

Em Ouro Preto e Cachoeira, em Minas Gerais, em São Paulo, em Santiago Mayor do Iguape, no Recôncavo baiano, em Salvador, entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, a proporção de mulheres chefiando fogos variava de 34% a 45%.<sup>1</sup> A proporção realmente impressiona, mas não se restringia ao Brasil.

No trabalho de Barbara Potthast-Jutkeit (1991), no Paraguai, em 1846, as mulheres chefes de domicílio perfaziam, na zona urbana, a esmagadora maioria dos fogos. Nos dois maiores centros urbanos do país, Encarnación e Villa Rica, mulheres chefes de domicílios detinham uma porcentagem nunca encontrada para o Brasil, de 64% e 57%, respectivamente. Nas freguesias rurais, as proporções também são grandes, mas mais parecidas com as das zonas urbanas do Brasil, entre 28% e 34%. Pablo Rodrigues (1997), para a Colômbia do século XVIII, encontra entre 18% e 27% de fogos chefiados por pessoas sem cônjuge presente, a maioria mulheres.<sup>2</sup>

1 Para São Paulo: KUZNESOF (1986); Minas Gerais: RAMOS (1986); Cidade da Bahia: MATTOSO (1992); Santiago Maior do Iguape: DÍAZ; STEWART (1991); Campos dos Goitacases: REIS (1785).

2 O autor analisa mapeamentos populacionais dos anos de 1777 e 1792, para as cidades de Cali, Cartagena, Medellín e Tunja.

É, portanto, um fenômeno geral para as sociedades coloniais e escravistas e muito interessante, sem dúvida, que surpreendeu os analistas que, a partir daí, consideraram ter sido a mulher penalizada pela sociedade mais abrangente, pois parte dos domicílios era chefiada por mulheres casadas com maridos ausentes, embora fosse igualmente grande o número de solteiras e viúvas. Como também a maior parte delas era pobre, concluíram pela visão que as vitimizava. Termos como “abandonadas”, “discriminadas”, “desclassificadas” e similares foram abundantemente utilizados para qualificar suas vidas.

Parto da premissa de que, apesar do fato de ter realmente havido um olhar contemporâneo a elas que lhes deu uma aparência de vitimização (embora eu interprete as palavras de contemporâneos mais como de perseguição e controle), elas próprias não se viam assim, ou não se sentiam “pobres”, “marginalizadas”, “desclassificadas”, etc. E, mais do que tudo, não eram necessariamente “pobres”.

Tenho como hipótese básica que a composição de domicílios chefiados por mulheres era escolha delas próprias, pois havia outras opções. A chefia de domicílio por parte de mulheres não significava que fossem as vítimas absolutas de uma sociedade perversa. Considero que, dentro de uma sociedade realmente perversa, as mulheres tiveram escolhas e recriaram certos esquemas para suas vidas.

### *Uma necessidade de revisão*

A primeira questão a ser considerada é sobre elas serem “sós”. Para tanto, é necessário agregar outros dados para as considerações que faço. Ao agregá-los, percebe-se que essas mulheres estavam sempre acompanhadas, em seus fogos, por pessoas de variadas relações, nada tendo de “sós”.

No trabalho de Arlene Diaz e Jeff Stewart, sobre Sant’Ana do Iguape, no Recôncavo Baiano, na década de 1830, a maior parte dos agregados listados nos mapeamentos populacionais estava em domicílios chefiados por mulheres (Díaz; Stewart, 1991). Em minha pesquisa com Apiahy, da província de São Paulo, em 1817 (hoje parte do Paraná), das mulheres chefes de fogos designadas como “pobres”, somente uma não tinha filho coabitante. Dos homens sem mulheres presentes, ao contrário,

somente um tinha filho que com ele habitava. E nenhum tinha agregado. Os homens poucas vezes ficavam com seus filhos, quando a mulher morria ou os abandonava. Eram criados por parentes, compadres e vizinhos. “Sós” seriam, portanto, mais os homens do que as mulheres.

O primeiro dado a ser refutado, portanto, é o de que essas mulheres estavam “sós” – todas, ou a esmagadora maioria, tinham filhos ou agregados em seus domicílios. Não é a ausência de um marido/companheiro que qualifica a mulher de “solitária”. Se nos dias de hoje podemos imaginar o celibato como um fator de solidão, não podemos inferir o mesmo para épocas passadas.

A segunda questão é a da “pobreza”. A proporção de mulheres chefes e donas de escravos é extremamente significativa. Em São Paulo, por exemplo, entre o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, 40% das mulheres chefes de domicílio eram donas de escravos. Em momento algum essas mulheres podem ser consideradas como pobres. Mais ainda: a proporção de mulheres chefes com escravos era a mesma do conjunto dos domicílios, incluindo homens casados, em que 38% tinham escravos. Ou seja, se 60% das mulheres poderiam ser consideradas pobres por não terem escravos, essa era uma situação que abrangia a sociedade como um todo, e não as mulheres em particular, pois 62% dos demais domicílios chefiados por homens também não tinham escravos. São Paulo era, naquele momento, um lugar de produção de alimentos, com pequenas escravarias e bem menos da metade dos domicílios escravos.

Em Campos dos Goitacases, área agroexportadora açucareira do Rio de Janeiro, em 1785 havia 1.491 fogos, 65% deles com escravos. Em termos numéricos, eram 202 os domicílios chefiados por mulheres, representando 14% (Faria, 1998). O mais impressionante, entretanto, é que desses 202 domicílios, assustadores 62% eram escravistas, praticamente a mesma proporção dos domicílios como um todo – 65%. Ou seja, elas reproduziam o mesmo grau de acesso a escravos que os homens chefes de domicílio. Portanto, fazer uma unidade funcionar com escravos não era prerrogativa só de homens, conforme várias vezes foi descrito pela historiografia.

Essas mulheres eram, em grande parte dos casos, ex-escravas ou descendentes de escravas – eram as pretas/pardas livres ou forras.

## *Herança cultural e opção de atividade econômica*

Sempre parti do pressuposto de que as mulheres sem maridos/companheiros coabitantes eram mais comuns nas zonas urbanas do que nas rurais. Eu intuía que, nas zonas rurais, quando a mulher tinha filhos sem o pai da criança presente e sem escravos – solteiras, viúvas ou com marido ausente – era mais difícil arcar com a chefia de unidades domésticas. Elas, então, agregavam-se a outros fogos – de parentes, compadres, vizinhos ou amigos.

Nas zonas urbanas, por outro lado, o trabalho como rendeira, doceira, costureira, prostituta etc., muitas vezes consorciado (ou seja, no caso delas exercerem duas ou mais dessas atividades) permitia que também tomassem conta dos filhos e de sua unidade doméstica, sem necessidade de mudar sua habitação. Mantinham-se, portanto, como chefes.

Continuo achando que esse era um fato, mas havia outros que só agora incorporo.

O primeiro, e acho que mais importante, é que havia um tipo de trabalho das mulheres na zona urbana que me escapava e sinto ter sido um dos mais importantes: o de venda a retalho, sempre estigmatizado por ser feito pelas “negras de tabuleiro”, que se dedicavam à venda ambulante e a varejo de uma infinidade de alimentos e objetos. Assim como o das lavradoras, este trabalho pressupõe o distanciamento do local de moradia por um bom tempo.

Mas, é bom destacar, justamente por estarem essas mulheres chefes de domicílio com inúmeros agregados em suas habitações, os cuidados com filhos pequenos poderiam ser realizados por outras pessoas. Também é verdade que elas próprias poderiam levar os filhos, quase sempre amarrados às suas costas, ou andando ao seu lado, para suas atividades externas.

Quase todos os viajantes que passaram pelo Brasil e incluíram pinturas em seus relatos retrataram com muita frequência pessoas negras no comércio a varejo pelas ruas das cidades. Carlos Julião (1960), Henry Chamberlain (1822), Rugendas (s.d.) e Debret (1989), em diferentes períodos, são alguns entre vários outros. Nas gravuras, as mulheres dominam essas atividades.<sup>3</sup>

3 Cf. JULIÃO (1960); DEBRET (1989); RUGENDAS (s.d.); CHAMBERLAIN (1822).

Os homens, por outro lado, sempre, ou em sua maioria, brancos, foram retratados como donos de vendas fixas. O único caso em que um homem negro figurou dentro de uma loja é a prancha "Açougue de carne de porco", de Debret. Segundo ele, é a loja mais repugnante – suja, com ratos, feia etc. Talvez por isso a representação do açougueiro seja a de um negro, provavelmente escravo do dono do açougue.

Os estudos atuais realmente indicam que a propriedade de uma venda fixa, de lojas ou negócios era masculina e, mais do que tudo, de brancos. Já a venda a varejo, menos estudada, principalmente a de "tabuleiro" (pela precariedade das fontes), aparentemente, assim como na África, tornou-se monopólio feminino.

Nas Minas Gerais, principalmente, a referência às negras quitandeiras ou "de tabuleiro" era extremamente freqüente, pela preocupação das autoridades em colocá-las distantes das principais áreas de mineração, lavras, morros ou aluviões. Em relações de solicitação às Câmaras de licença para venda de mercadorias em várias vilas de Minas Gerais, o número proporcional em mulheres aumentou consideravelmente, no decorrer do século XVIII.

Na vila do Carmo, por exemplo, em 1725, somente 7% de mulheres receberam licenças para comerciar; em 1796, elas eram responsáveis por 61% dessa atividade. Em Vila Rica, a proporção é ainda mais expressiva. Em 1716, apenas 10 mulheres (6%) obtiveram licença. Em 1746 elas já representavam 39%, chegando ao ano de 1773 como responsáveis por 70%. É necessário ressaltar que, no início do século XVIII, poucas eram as mulheres nas Minas. Também é bom lembrar que todos deviam pedir licença para exercer essas atividades, inclusive os donos de vendas fixas, o que não é explicitado no trabalho que consultei (Figueiredo, 1997). Provavelmente, inúmeros eram os que exerciam práticas comerciais sem as devidas licenças legais.

De qualquer forma, fica claro que a entrada de mulheres na atividade mercantil, provavelmente no comércio a varejo e ambulante, foi crescente e acabou dominando o comércio miúdo talvez não só nas diversas vilas e núcleos mineiros, mas em todo o Brasil, onde a presença africana se tornou mais marcante.

É preciso considerar que tomar conta de um domicílio, com filhos, arcar com seus gastos e demandas de todas as ordens só seria possível se um fundamento cultural estivesse presente.

Diversos estudos sobre a África indicam que o pequeno comércio era quase um monopólio feminino, quer se trate da Costa da Mina (Nigéria, Daomé, Senegal) ou da região banto, congoangolesa (Centro Africana) (cf. Bush, 1990; Verger, 1987). As atividades escolhidas por essas mulheres, então, estavam sendo ditadas por costumes distantes dos da sociedade ocidental cristã. Ligavam-se às culturas da África.

Por outro lado, o olhar e os ditames dos eruditos europeus estavam, no período moderno, conscientes de que as mulheres de "bom berço", assim como os homens, não deveriam possuir o "defeito mecânico" – o trabalhar com as mãos. Trabalhar, portanto, com as mãos, principalmente na venda a retalho, estaria fora da expectativa de grande parte da população oriunda da Europa ou influenciada pelos costumes europeus.

Obviamente, as mulheres de origem cultural européia, mesmo as de "bom berço", poderiam já estar, no século XVIII, distantes deste estereótipo. Mas havia hierarquia para a aceitação de trabalhos. Alguns seriam depreciadores. Outros, não.

No século XIX, costumes de mulheres e homens das colônias ou das repúblicas e impérios recém-fundados eram tidos como "estranhos" pelos relatos de viajantes e cronistas que por aqui passaram. Franceses e ingleses, em sua maioria, estes viajantes poderiam ter como premissa o fato de que o comércio a varejo, feito pelas próprias mãos, era absolutamente depreciado no Brasil. Sendo depreciado no Brasil ou na Europa, não importa, o que os viajantes não procuraram saber era como era visto pelos que a ele se dedicavam. E foi assim que qualificaram essas pessoas e suas atividades – depreciando-as. O mais interessante foi que muitos historiadores acreditaram neles e reproduziram trechos de seus discursos como se fossem expressões da verdade da época.

Ao que tudo indica, o trabalho de venda, para mulheres africanas ou suas descendentes, era a possibilidade de acumulação de capital, incluindo aí o acesso a escravos. Mais importante do que a constatação de que as mulheres africanas e suas descendentes praticavam largamente o comércio a retalho, é o fato da riqueza que pode estar aí potencialmente envolvida.

Em Minas, entre 1718 e 1804, variou muito a proporção de mulheres chefes de domicílio. Inicialmente, a grande quantidade proporcional de homens em relação a mulheres foi responsável por uma ínfima participação delas como chefes. Realmente, o perfil da migração, em inícios do século XVIII, configurava uma sociedade majoritariamente masculina.

anda em 1776, os homens perfaziam a maioria da população. Em Vila Rica, por exemplo, eram quase 50.000 homens, entre brancos, pardos e negros, e somente 29.000 mulheres. Na Comarca do Rio das Mortes, em Sabará e na Comarca de Serro Frio, as mulheres representavam em torno de 30% da população (Paiva, 1995).

Estes números surpreendem por um outro fator: a presença expressiva de mulheres como detentoras de monopólios em algumas atividades, principalmente no comércio a retalho, de tabuleiros ou de venda de secos e molhados (Figueiredo; Magaldi, 1984). O fenômeno não se restringia ao Brasil. Barbara Bush analisou o Caribe, entre os séculos XVII e XIX, e identificou a herança africana do papel econômico feminino (Bush, 1990).

A demografia mineira, caracterizada pela pequena proporção de mulheres no conjunto da população, também não consegue explicar o peso das mulheres forras como testadoras. Os testamentos eram feitos pelos que tinham algum bem a deixar. Devemos considerar, portanto, que os que estavam representavam os grupos mais favorecidos. Tratava-se, portanto, de uma elite (mesmo não sendo uma elite socialmente reconhecida).

Paiva (1995, p. 124) calculou, na Comarca de Rio das Velhas, em Minas, entre 1720 e 1784, que, entre 357 testamentos, 73 eram de mulheres forras, conformando o segundo grupo que mais testou, superado apenas pelo de homens livres.<sup>4</sup> Este dado é fundamental.

A presença de mulheres como proprietárias e componentes de um grupo privilegiado economicamente, embora, com certeza, não socialmente, aparece em dados de outra natureza.

Nas primeiras décadas do século XVIII, na Vila de Pitangui, por exemplo, mais de 90% dos proprietários de escravos eram homens, reflexo da demografia de Minas na época, majoritariamente masculina. O mesmo acontecia em Serro Frio. Na freguesia de Congonhas do Sabará, em 1771, as mulheres passaram a representar 22,6% dos donos de escravos e, em 1790, a proporção passou para 30,6%. Já no início do século XIX, em Vila Rica e no Distrito de São Caetano, elas representavam 38% e 29%, respectivamente, dos donos de escravos (Luna; Costa, 1982), percentuais bastante significativos, sem dúvida, principalmente se levarmos em conta que muitas delas eram forras ou descendentes de forras.

4 231 testamentos eram de homens livres, 23 de homens forros, 30 de mulheres livres e 73 de mulheres forras.

O mais esclarecedor, entretanto, foi a propriedade de escravos por parte de forros. Em Serro Frio, em 1738, as mulheres eram 63% das pessoas forras donas de escravos. Em Vila Rica, em 1804, a porcentagem aumenta ainda mais: entre forros proprietários, 78% eram mulheres (Luna; Costa, 1982, p. 46).

Deve-se ter em mente que a vida econômica em Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, caracterizou-se pela presença marcante de núcleos urbanos, talvez mais do que em outras áreas coloniais, o que tornava a área bastante propícia às atividades tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres na África – o pequeno comércio.

Creio que, culturalmente, tanto brancas pobres quanto homens pardos ou pretos, livres ou forros, estavam distantes da tradição de venda a retalho trazida da África pela mulher negra. A proporção de testamentos a que aludi anteriormente, inclusive, indica os dois grupos mais enriquecidos: homens brancos e mulheres forras.

Talvez até mesmo pela evidente constatação de enriquecimento das mulheres, em especial, houve a tentativa de controle por parte da administração metropolitana sobre, no sentido de refrear suas atividades, pois muitas delas passavam ao largo da legalidade que se queria impor. No Bando de 1733, do Governador e Capitão General de Minas Gerais, a referência às “negras” de tabuleiros é bastante marcante:

[...] e contando-me juntamente, que nos córregos, e sítios onde se mineram diamantes andam negras com tabuleiros, e outras vendendo cachaça, o que em todas estas Minas é proibido, qualquer delas, que for achada nas ditas paragens, além de perder toda a mercância, que levar, será presa e não sairá da cadeia, sem primeiro pagar cem mil réis, ou seja, forra, ou cativa [...] (Apud Luna; Costa, 1982 p. 47).

O historiador Carlos Eugênio Soares (1999) fez, recentemente, uma pesquisa sobre as “tendas de angu”, existentes na cidade do Rio de Janeiro, que, no decorrer do século XIX, passaram a ser designadas como “casas de zungu”, recebendo uma localização fixa. Afirmou o autor que as primeiras eram procuradas para alimentação e armadas em praças e ruas de grande movimento. As segundas eram de grande procura por parte da população liberta e escrava, para alimentação e hospedagem. O dado surpreendente é a presença de mulheres negras, quase sempre africanas

forras, como proprietárias dessas casas. Para a polícia e a opinião jornalística da época, a visão é de que eram lugares de cultos mágicos, bagunça e prostituição. Em finais do século, houve intensa perseguição a esses estabelecimentos, sumindo sua referência nos últimos anos do século XIX. A argumentação do autor é de que, sendo lugares freqüentados por africanos, que seriam o elo de ligação entre escravos crioulos e forros não africanos, a diminuição da participação de pessoas originárias da África, com o passar dos anos, fez com que as casas de zungu perdessem seu sentido.

Ao que tudo indica, as formas de enriquecimento, no período escravista brasileiro, não se restringiam ao grande comércio liderado por brancos portugueses e às práticas agroexportadoras. Mesmo de pequeno porte, as formas de acumular capital variavam enormemente, mas sempre dentro do que seria culturalmente possível. Dentro do que era viável na sociedade aqui criada e passível de acúmulo de capital, o comércio era lugar privilegiado, fosse ele realizado pelo "grosso" ou pelo "pequeno" trato. Era uma sociedade, sem dúvida, dominada pelo capital mercantil.

### Conclusão

Os dados apresentados sobre a posse de bens das mulheres forras, fossem africanas ou crioulas, impressionam pela forma significativa com que se diferenciavam do conjunto dos domicílios, principalmente pela maior propriedade de pecúlio. Acredito que seja correta a argumentação sobre a herança cultural africana na escolha de atividades que lhes garantiriam a sobrevivência.

Se as mulheres "brancas" poderiam administrar um conjunto de bens oriundo de um casamento, o mesmo não pode ser dito para as que foram escravas, particularmente as de origem africana, majoritariamente solteiras. Elas conseguiram juntar pecúlio, qualquer que tenha sido o montante, por seu próprio trabalho e pelo dos que com elas coabitavam, fossem filhos, companheiros ou agregados.

As condições dadas por suas culturas de origem permitiam que elas pudessem exercer atividades não consideradas culturalmente adequadas pelas mulheres ocidentais e cristãs. Pressuponho que há uma opção

pelo não casamento, da parte das forras africanas, que resulta de sua própria estratégia de vida, particularmente em área urbana. Baseando sua subsistência e a de sua prole numa atividade mercantil de pequeno porte, o objetivo poderia ser o de juntar pecúlio suficiente para se tornarem, de alguma forma, melhor situadas no mercado matrimonial. Talvez tenha sido esta a aspiração de muitas. Mas, pelo que os documentos deixam transparecer, mulheres que conseguiram juntar bens significativos eram muito ciosas deles.

Pode-se agregar a esse motivo material um outro, cultural, que colocaria as forras de origem africana menos interessadas em ligações sancionadas por um catolicismo que só de forma peculiar entrava em suas vidas. Costumes de suas culturas de origem poderiam, enquanto libertas, ser mais facilmente buscados.

Pelos dados apresentados, as mulheres chefes de domicílio que tinham escravos se destacavam do resto da população, configurando um estrato médio que dificilmente poderia ser considerado como despossuído pelos padrões da época. Elas não eram pobres. Particularmente as mulheres forras, com atividades de venda a retalho, principalmente alimentos, eram as mais propícias a ser proprietárias de escravos, bem fundamental de distinção econômica numa sociedade escravista.

### Referências Bibliográficas

- BUSH, Barbara. *Slave women in caribbean society - 1650-1838*. Kingston: Heinemann, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial. In: PARAIN, C. et al. *Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Ed. Estampa, 1973a.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSAUDOURIAN, Carlos Sempat et al. *Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 40, 1973b.
- CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAMBERLAIN, Henry. *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil*. Londres: Thomas M'Lean, 1822.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, 1979.
- \_\_\_\_\_. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: LUNA, Francisco Vidal.

- \_\_\_\_\_. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores Ltda, 1992.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*. Trad. por Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século 19*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DÍAZ, Arlene J.; STEWART, Jeff. Occupation class and a female-headed household in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835. In: *Journal of Family History*, v. 16, n. 3, 1991.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FIGUEIREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos 18 e 19*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 (reeditado pela Companhia das Letras, São Paulo, 1997).
- FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 17, 1987.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século 19*. Vitória: Lineart, 1993.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A escravidão reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.
- GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822*. São Paulo, 1978. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 2, jun. 1986.
- JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frio (1799)*. Álbum de aquarelas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo. 1765 to 1836*. USA: Westview Press, n. 18, 1986.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século 18. *Família e grupos de convívio*. *Revista da ANPUH*, São Paulo, n. 17, set. 1988/fev. 1989.

- LUNA, Francisco Vida; COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil - século 19*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século 19*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Bahia século 19: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século 18: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. The ass of a mare and other scandal: marriage and extramarital relations in nineteenth-century Paraguay. In: *Journal of Family History*, Londres, v. 16, n. 3, 1991.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.
- RAMOS, Donald. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. In: *Journal of Family History*, 1986.
- \_\_\_\_\_. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep, 1990.
- REIS, Manoel Martins do Couto. Descrição geográfica, política e cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases que por ordem do Exmo. Senhor Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de S. M. Vice-Rei e Capitão General da Terra e do Mar do Estado do Brasil, se escreveu para servir de explicação ao mapa topográfico do mesmo terreno que debaixo da dita Ordem se levantou. Manuscrito de 1785. Arquivo particular Arthur Soffiati.
- RODRÍGUES, Pablo. *Sentimientos y vida familiar en el Nuevo Reino de Granada*. Santa Fe de Bogotá: Editorial Ariel, 1997.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil (1835)*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_; SLENES, Robert; COSTA, Iraci. A família escrava em Lorena (1801). *Revista de estudos econômicos*, São Paulo, 1987.
- SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século 19). *Estudos Econômicos*, v.17, n. 2, maio/ago. 1987.
- \_\_\_\_\_. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século 19. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Mimeog., 1994. No prelo.

- \_\_\_\_\_. Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil. In: *Redescobrir os Descobrimentos: as descobertas do Brasil*. São Paulo, *Revista USP*, n. 12 (dez./jan./fev. 1991-92).
- \_\_\_\_\_. *Slave family formation in the context of creolization and crop change: Campinas, 1776-1872*. Mimeog., 1989.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*, dos séculos 17 a 19. Trad. por Tasso Gadzanis. São Paulo: Curupio, 1987.

## Resenhas